

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.347 - MA (2019/0210013-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **FRANERE COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA**
AGRAVANTE : **GRAND PARK - PARQUE DAS ÁGUAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**
OUTRO NOME : **GAFISA S/A**
AGRAVANTE : **GRAND PARK - PARQUE DAS ARVORES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**
ADVOGADOS : **FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA - MA005148**
BRUNO PIRES CASTELLO BRANCO - MA009609
GISELLE DE SOUSA FONTES MARTINS - MA010799
CELIA TERESA DE MESQUITA GUERREIRO - MA012392
CHIARA CAROLLINE AURELIO GOMES - MA015286
AGRAVADO : **SAULO ARAUJO PRAZERES**
ADVOGADOS : **FREDERICO CARNEIRO FONTELES - MA007659**
DIEGO GAMA DE CARVALHO - MA008926

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM PERDAS E DANOS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DANO MORAL. ATRASO NA ENTREGA DE OBRA. OCORRÊNCIA. LONGO ATRASO.

1. Ação cominatória cumulada com reparação do dano material e compensação por danos morais devido ao atraso na entrega de unidade imobiliária.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O excessivo atraso na entrega de unidade imobiliária enseja compensação por dano extrapatrimonial.
7. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FRANERE COMÉRCIO CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA e OUTROS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 14/06/2019.

Concluso ao gabinete em: 12/11/2019.

Ação: cominatória cumulada com perdas e danos e compensação por danos morais, ajuizada pelo agravado em face das agravantes, em razão de atraso na entrega de imóvel.

Sentença: julgou procedentes os pedidos contidos na inicial, para condenar as agravantes, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos materiais, a ser apurado em liquidação por arbitramento, bem como ao pagamento de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de compensação por danos morais.

Acórdão: negou provimento à apelação das agravantes.

Recurso especial: alega violação dos arts. 5º, V, da CF/88; 14, §3º, CDC; 186, 402, 476 e 927 do CC/02; e 489, §1º, IV e VI, do CPC/2015. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta a culpa exclusiva do agravado, em virtude de inadimplência do saldo devedor.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, no que

diz respeito ao valor dos danos morais, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 14, §3º, CDC; 186, 402, 476 e 927 do CC/02, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

É entendimento pacífico desse Superior Tribunal de Justiça de que a revisão de indenização por danos morais só é viável em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, o que não se verifica na presente hipótese. Dessa forma, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor dos danos morais, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da compensação por danos morais na hipótese de longo período de atraso na entrega de unidade imobiliária (Súmula 568/STJ)

O Tribunal de origem, ao decidir que o longo período de atraso na entrega de unidade imobiliária enseja compensação por danos morais, está de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de ser cabível compensação por danos morais na hipótese de longo período de atraso na entrega de unidade imobiliária. Precedentes: AgInt no REsp 1.639.991/RO, TERCEIRA TURMA, DJe 03/05/2019; AgRg no AREsp 780.379/RS, TERCEIRA TURMA, DJe 19/11/2015; e AgInt no AREsp 1.121.461/AM, QUARTA TURMA, DJe 02/05/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 270) para 18%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora